

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA _____ VARA
FEDERAL DA SEÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO DISTRITO
FEDERAL.

Fls. 02
Rubrica S.J.O.



vara 36558-34 2013 4 01 3400

9000006
27/03/2013
000006

VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.091.702/0001-28, estabelecida na SGC/SUL, Conjuntos 07 e 08, Plano Piloto, Brasília - DF, vem com o devido respeito perante Vossa Excelência por via de seus advogados devidamente constituídos (mandato anexo), com fulcro no art. 796 e ss do CPC, propor a presente

AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCESSO **LICITATÓRIO**

C/C PEDIDO DE EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS
C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

Em face do **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 00.394.601.0001/26, com endereço no Palácio do Buriti, Praça do Buriti, Brasília-DF, CEP: 70.075-900;

Em face do **BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BID**, Organização Internacional, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.389.228/0001-76, com sede no Setor de Embaixadas Norte, nº 802, Conjunto F, Lote 39, Brasília – DF. CEP: 70.312-970;

Pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor, provar e ao final requerer:





SÍNTESE DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO ANULATÓRIA

A presente Ação Anulatória tem o objetivo de ver anulada a Concorrência Pública nº 01/2011 promovida pela Secretaria de Transportes do Governo do Distrito Federal, contemplada no Projeto financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento por meio do Projeto BR-L1018: Projeto de Melhoria do Transporte Público do Distrito Federal.

Por meio de tal licitação ocorrerá a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, para os próximos 10 (dez) anos, e está orçada em mais de 8 bilhões de reais.

Os fundamentos para a anulação, baseiam-se numa flagrante FRAUDE que fora denunciada no processo, intimamente ligada a participação do BID na licitação.

De tal fraude, resultou uma restrição a competitividade da licitação, por meio da qual o Governo do Distrito Federal, está contratando empresas com tarifas para o transporte público SUPERFATURADAS, além de uma série de outras irregularidades, vícios insanáveis, e afrontas aos princípios da Administração.

As denúncias de irregularidades da licitação, tem sido amplamente divulgadas pelos meios de comunicação em massa (Jornais, Revistas, Noticiários de TV, Blogs etc), SENDO QUE OS MENTORES DA FRAUDE, ALEGAM QUE FORAM CONTRATADOS PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMETNO – BID, para atuarem no processo.

Após tal denúncia, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal, passou a investigar tais casos, e já encaminhou Representação perante a Corte de Contas, requerendo a ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO.

Assim, a autora que é uma das atuais prestadoras dos serviços à população, não encontrou outra saída senão recorrer a tutela jurisdicional, uma vez que se não for imediatamente suspensa a licitação e a contratação, os fraudadores, recorrerão a artifícios irremediáveis de financiarem veículos, bem como adotarem outras medidas, para concretizarem a qualquer custo a fraude engendrada até o momento.

Assim, caso não sejam impedidos de darem prosseguimento a uma contratação fraudulenta e amplamente questionada por inúmeras irregularidades, estarão sendo privilegiados os interesses de uma verdadeira organização criminosa, que está lesando claramente não somente a Autora, como também todas as demais empresas que participaram do processo de





Concorrência Pública, bem como toda a população do DF e cidades circunvizinhas.

I – DOS FATOS

A empresa autora participou da Concorrência Pública nº 01/2011 promovida pelo Governo do Distrito Federal, a qual teve por objeto a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal, conforme documentação anexa (Doc. 02 anexo)

A referida licitação fora dividida em 05 lotes, denominados Bacias, que foram resultado de uma opção do Governo de divisão geográfica do território do Distrito Federal (Cópia completa do Edital Anexa – doc. 03)

Tal licitação inicialmente chamou a atenção da Autora, por uma divergente atuação da Comissão de Licitação, que desde o início do processo relevou graves falhas de algumas participantes, privilegiando estas, e em contrapartida, afastou sumariamente algumas potenciais concorrentes da disputa, alegando falhas que seriam de menor gravidade, ou que sequer existiam.

Inabilitada do Certame, a Autora passou a acompanhar a licitação e o seu desfecho, e começou a perceber que não se tratavam de ritos procedimentais diferentes, adotados pela presença do BID na licitação para justificar inúmeros atos “estranhos”, nem se tratava de apenas meras falhas procedimentais ou pequenos erros, mas sim, estava se evidenciando, claramente, uma verdadeira FRAUDE, uma licitação ARRANJADA, onde os VENCEDORES JÁ ESTAVAM PREVIAMENTE ESCOLHIDOS, e todo o processo licitatório caminhou para tal fim.

Exa., não se trata aqui de meras alegações, indícios ou suspeita. Tudo o que está sendo afirmado aqui, está devidamente comprovado, juntando a Autora TODAS AS PROVAS DOCUMENTAIS QUE COMPROVAM QUE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2011 DA STDFT FOI UMA VERDADEIRA FARSA!

1.1. DA ESTRUTURA CRIMINOSA QUE FRAUDOU A LICITAÇÃO

Para melhor compreensão e didática, Excia, vamos demonstrar como é a estrutura criminosa que fraudou a licitação, e posteriormente demonstraremos, pormenorizadamente, todas as irregularidades e ilegalidades cometidas no processo para que fosse alcançado o resultado combinado entre as empresas que iriam se sagrar vencedoras da licitação.





Através da vasta documentação anexa e das reportagens nos meios de comunicação em massa, foi deflagrada a seguinte estrutura criminosa:

- Fls. 00509
- a) O edital da licitação foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans integrado por uma empresa que tem Garrone Reck como um dos diretores.
- b) Garrone Reck é pai de Sacha Reck, advogado do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que atuou como consultoria jurídica para a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do DF, alegando que fora contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Portanto, até o momento tal contrato não fora apresentado.
- c) O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados ADVOGA ao mesmo tempo que atuou na licitação, para as empresas Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e da Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin. Prova-se tais afirmações por meio das Procurações Outorgadas pelas empresas para os Advogados, e do Termo de Depoimento prestado pelo Advogado no Inquérito Civil promovido pelo Ministério Público de Apucarana - PR (doc. anexo), onde fraude praticada pelos mesmos envolvidos fora descoberta, e o Governo do Município acatando a Recomendação do Ministério Público revogou a licitação, diferentemente do que está acontecendo na capital da república, onde estão tentando esconder a sujeira "debaixo do tapete".
- d) A Auto Viação Marechal que é patrocinada pelos Advogados ganhou a licitação para a bacia 04 do transporte público do DF. A Viação Pioneira, do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 02 e a Viação Piracicabana, também do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 01.
- e) Assim, o Escritório de Advocacia acima referido, que conforme alega, fora contratado pelo BID para atuar na licitação, ao mesmo tempo que prestava consultoria para a Comissão de Licitação, defendia os interesses das empresas que competiam na disputa. Assim, por este simples tema poderíamos discorrer toda a ação anulatória, uma vez ferida o princípio da impessoalidade, e ainda a moralidade administrativa, já que a conduta adotada por tais advogados configura inclusive crime previsto no art. 9º inciso VIII da Lei de Improbidade Administrativa, Lei 8.429/92;





1.2. DAS ADSURDAS ILEGALIDADES EVIDENCIADAS NO PROCESSO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

A Concorrência Pública para contratação de empresas prestadores de Transporte Coletivo do Distrito Federal está cheia, repleta de vícios e fraudes, que demonstram claramente que se trata de uma Licitação totalmente ARRANJADA, COMPRADA, onde desde o início já se sabia quem seriam os vencedores.

Muito embora foram feitas várias denúncias à própria Comissão de Licitação, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público (que por sinal tem sido o órgão mais ativo), a divulgação nos MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA nenhuma medida fora efetivamente tomada. (docs. Anexos 04)

Relataremos, aqui, as fraudes "que temos conhecimento", sendo certo que se essas foram praticadas e deixaram rastros, muitas outras aconteceram, mas ainda não se tem conhecimento.

Veja, Excia, as absurdas ilegalidades que aconteceram na licitação:

- a) Um Escritório de Advocacia que patrocina causas para empresas que participaram da licitação e sagraram-se vencedoras foi o mesmo que assessorou a Comissão de Licitação, e inabilitou várias outras empresas – Ou seja, "limpou" o caminho para que suas empresas ganhassem a licitação – **COMPROVADO!!!**
- b) Todas as empresas que não foram inabilitadas pelo Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck sagraram-se vencedoras, ou seja, o escritório foi quem determinou quem ganhou e quem perdeu – **COMPROVADO!!!**
- c) Duas empresas – VIAÇÃO PIRACICABANA e VIAÇÃO PIONEIRA, de um mesmo Grupo Econômico não somente participaram da licitação, como foram ambas vencedoras de 02 lotes – **COMPROVADO!!!**
- d) Mesmo após RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DFT para suspensão da licitação, no calar da noite, desrespeitando a ordem ministerial, contratos foram assinados. **COMPROVADO!!!!**

Relatadas as INÚMERAS FRAUDES, e comprovadas por meio das documentações anexas, passemos a analisar a mais curiosa das fraudes ocorridas na licitação.





1.2.1 DA ATUAÇÃO ILEGAL DO ESCRITÓRIO GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK NA CONDUÇÃO E RESULTADO DA LICITAÇÃO

Na licitação, conforme faremos prova por meio de documentos e através das várias reportagens publicadas, houve uma efetiva participação de Advogados de um Escritório Particular: Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, que em total abuso de poder e invasão de competência da Comissão de Licitação, atuaram efetivamente em diversas fases do certame, defendendo ferrenhamente o Edital, que possuía vícios insanáveis que comprometeram a concorrência no certame.

Tais Advogados invadiram as competências da Comissão de Licitação, e assumiram ilegalmente o papel de julgar, habilitar e inhabilitar, ou seja, mandaram e desmandaram e deram as cartas e definiram os rumos da licitação.

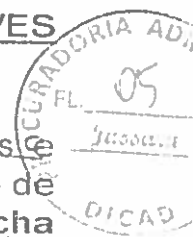
A licitação realizada pelo Governo do DF foi na verdade conduzida pelo Escritório de Advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, que conforme citado nas reportagens, foi quem realmente tomou as decisões e habilitou alguns participantes e inhabilitou os demais, garantindo que apenas os que fossem de seu interesse mantivessem na disputa.

E PASME, Excia, NÃO HÁ NOS AUTOS NENHUM CONTRATO COM O REFERIDO ESCRITÓRIO PARA ATUAR NA LICITAÇÃO!!!!

DIANTE DE TAL ABSURDO, foram formuladas diversas denúncias, não só por esta Autora, como por várias outras pessoas interessadas, questionando a Comissão de Licitação, a Secretaria de Transportes, bem como o Sr. Governador, para que fosse apresentado o contrato que legitimasse tais Advogados a atuarem na licitação. Simplesmente as ditas Autoridades esconderam-se, uns tiraram férias, outro licença, e outro quando procurado nos era informado que estava em Viagem para fora do país.

Assim, a Autora procedeu consulta ao Diário Oficial do Distrito Federal, acerca da existência de publicação do Extrato de Contrato, tendo recebido resposta formal da Senhora Diretora da Unidade Responsável, de que efetuada a busca no sistema, não fora localizada nenhuma publicação nem em nome dos advogados, nem do escritório e nem do CNPJ dos mesmos. (conforme prova-se pelo doc. 05 anexo).

Procedeu então a Autora com requerimento formal de cópia do contrato, quando após incessantes diligências, obteve a resposta de que a Secretaria de Transportes não possuía nenhum contrato celebrado com o Escritório de Advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.





Tal fato chegou a receber grande cobertura nas mídias locais, inclusive sido objeto de uma série de reportagens veiculadas no Jornal de Brasília e na Revista VEJA, uma vez que comprometia toda a licitação, ensejando sua nulidade.

Eis que então, o referido Escritório de Advogados divulgou em seu site uma Nota de Esclarecimento, dizendo que atuaram na licitação porque foram contratados pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento, conforme se comprovará em tópico em específico.

Motivo pelo qual figura-se o BID no pólo passivo da presente demanda, para que apresente o referido contrato, caso este exista, ou para desmascarar a mentira publicada pelo referido Escritório de Advogados.

1.2.2. DO IMPEDIMENTO DA ATUAÇÃO DE TAIS ADVOGADOS COMO CONSULTORES DA LICITAÇÃO, PELO FATO DE SEREM CONTRATADOS PARALELAMENTE PARA DEFENDEREM INTERESSES DE ALGUMAS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO:

Os Drs. Guilherme Gonçalves e Sacha Reck são ADVOGADOS das empresas Transporte Coletivo Grande Bauru, do Grupo Constantino, e da Viação Cidade Sorriso e a Auto Viação Marechal, do Grupo Gulin, conforme prova-se por meio das Procurações Outorgadas pelas empresas para os Advogados:

Além das procurações outorgadas, tal fato fora também reconhecido pelo próprio Advogado, conforme consta do Termo de Depoimento prestado pelo Advogado no Inquérito Civil promovido pelo Ministério Público de Apucarana/PR (doc. 06 anexo), onde fraude praticada pelos mesmos envolvidos fora descoberta, e o Governo Municipal, acatando a Recomendação do Ministério Público revogou a licitação, diferentemente do que está acontecendo na capital da república, onde estão tentando esconder a sujeira "debaixo do tapete".

Assim, ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DOS ADVOGADOS, a Auto Viação Marechal (da qual Guilherme e Sacha Reck são advogados) ganhou a licitação para a bacia 04 do transporte público do DF.

A Viação Pioneira, do Grupo Constantino (do qual Guilherme e Sacha Reck são advogados), venceu a licitação da bacia 02 e a Viação Piracicabana, também do Grupo Constantino, venceu a licitação da bacia 01.

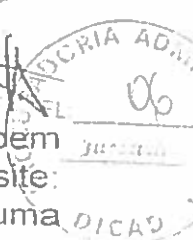


Mera coincidência, Excia!? cremos que não!!!!

SECLA - SUE

Fls.

Rubrica



Tal atuação dos referidos advogados fora denunciada e muito bem detalhada na reportagem disponibilizada no site: www.guidnovi.com.br/mino/detalhe.asp?c=880 como resultado de uma suposta entrevista concedida pelo Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. Galeno Furtado Monte na qualidade de Presidente da Comissão de Licitação, ao Repórter Mino Pedrosa, da qual pedimos vênha para juntar alguns trechos e fotos:



Acima, foto de Sacha Reck "comandando" o procedimento na licitação, PROCEDIMENTO TOTALMENTE ILEGAL!!!

Vejamos o que ainda dispõe o Repórter Mino Pedrosa, citando a entrevista com o Presidente da Comissão de Licitação, Sr. Galeno Furtado Monte, as quais transcrevemos fielmente do site em que fora disponibilizado tal material:

...a comissão de licitação, que é a responsável por avaliar as propostas e escolher a melhor delas. ...a comissão de licitação, que é a responsável por avaliar as propostas e escolher a melhor delas. ...a comissão de licitação, que é a responsável por avaliar as propostas e escolher a melhor delas.

(reportagem anexa na integra – Doc. 04)

Ocorreu ainda, que na última semana, tal questão atingiu repercussão nacional, por meio de matéria publicada na revista VEJA, Ed. 2.327, ano 46 – nº 26, datada de 26/06/2013, na qual tal matéria também fora noticiada:



Telma Leao, detetive do Setor de Investigação da Polícia de Curitiba, Paraná

Consultoria sob suspeita

Um relatório de uma consultoria contratada pelo governo do Estado do Paraná, em 2011, para avaliar a atuação da Polícia de Curitiba, Paraná, revelou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação.

De acordo com o relatório, a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação. O relatório também apontou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação.

O relatório também apontou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação. O relatório também apontou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação.

O relatório também apontou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação. O relatório também apontou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação.

Um relatório de uma consultoria contratada pelo governo do Estado do Paraná, em 2011, para avaliar a atuação da Polícia de Curitiba, Paraná, revelou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação.

RESPOSTA

O relatório de uma consultoria contratada pelo governo do Estado do Paraná, em 2011, para avaliar a atuação da Polícia de Curitiba, Paraná, revelou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação. O relatório também apontou que a consultoria foi contratada sem que a Polícia de Curitiba, Paraná, tivesse sido consultada sobre a contratação.

No Jornal de Brasília, do dia 23/06/2013, o Secretário de Transporte do DF, José Walter, caiu em contradição e não conseguiu dar explicações acerca da contratação e atuação de Guilherme e Sacha Reck na Comissão de Licitação:





15/01/2011
MARCIA



Pego na mentira

Um advogado de Brasília, site do Estadão, disse que o advogado Wladimir Vasquez, filho de um senador, não é advogado, mas sim um advogado de plantão, que não tem nada a ver com a sociedade de advogados. O advogado Vasquez, que é advogado de plantão, não é advogado de plantão, mas sim um advogado de plantão, que não tem nada a ver com a sociedade de advogados.

Um advogado de Brasília, site do Estadão, disse que o advogado Wladimir Vasquez, filho de um senador, não é advogado, mas sim um advogado de plantão, que não tem nada a ver com a sociedade de advogados. O advogado Vasquez, que é advogado de plantão, não é advogado de plantão, mas sim um advogado de plantão, que não tem nada a ver com a sociedade de advogados.

Um advogado de Brasília, site do Estadão, disse que o advogado Wladimir Vasquez, filho de um senador, não é advogado, mas sim um advogado de plantão, que não tem nada a ver com a sociedade de advogados. O advogado Vasquez, que é advogado de plantão, não é advogado de plantão, mas sim um advogado de plantão, que não tem nada a ver com a sociedade de advogados.

Isso posto, Excia, não restam dúvidas que há ilegalidade na atuação do referido Escritório de Advocacia, bastando haver uma predisposição do Poder Judiciário, a partir das informações e documentos aqui apresentados, para tomar as medidas cabíveis e punir severamente os envolvidos.

1.2.2 DA VINCULAÇÃO DO BID AO ESCRITÓRIO FRAUDADOR DA LICITAÇÃO

Após a vasta divulgação nos meios de comunicação em massa, e as notícias atingirem repercussão nacional, com publicação na Revista Veja e Jornal de Brasília, o advogado Sacha Reck lançou em seu *site* uma NOTA OFICIAL, negando as acusações feitas e ressaltando uma questão intrigante:

Diante do posicionamento da própria Secretaria de que não havia contrato celebrado entre o Governo do Distrito Federal, o referido Advogado vinculou sua atuação na Comissão de Licitação a um suposto **CONTRATO** com o **BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)** para assessorar a implantação do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Distrito Federal no ano de 2009, senão vejamos a nota:



NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A REPORTAGEM DA
REVISTA VEJA

SECLA - SIA
Fis.
Rubrica



Guilherme Gonçalves & Sacha Reck
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Home Notícia Informativo Advogados Atuação Contato

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A REPORTAGEM DA REVISTA VEJA

O Escritório de Advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck atua há mais de dez anos no mercado de advocacia, com foco principal na defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros. O escritório também atua na defesa dos direitos dos cidadãos estrangeiros, com especialização em casos de imigração e cidadania.

Composto por profissionais altamente qualificados, este escritório de advocacia não tem conexão com nenhuma empresa de Brasil, seja consultoria ou advocacia, que tenha qualquer relação com o Estado brasileiro. Sendo assim, o escritório não representa, direta ou indiretamente, o Estado brasileiro, nem o governo federal, estadual ou municipal.

É importante ressaltar que a atuação do escritório de advocacia não se limita à defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros, mas também à defesa dos direitos dos cidadãos estrangeiros, com especialização em casos de imigração e cidadania.

De acordo com a Constituição Federal, o Poder Judiciário é o órgão responsável pela defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros, e o Poder Executivo é o órgão responsável pela defesa dos direitos dos cidadãos estrangeiros.

O escritório de advocacia não atua em nome do Estado brasileiro, nem em nome do governo federal, estadual ou municipal. O escritório atua em nome dos seus clientes, com o objetivo de defender seus direitos e interesses.

(doc. 05 – anexo)
(Disponível em <http://guilhermegoncalves.com.br/notas.html>)

Sabe-se que, de fato, o BID financiou projeto celebrado com o Governo do Distrito Federal sob o número de Identificação BR-L1018, denominado de Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, conforme detalhamento abaixo:



ESCRITÓRIO NAVES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

SECLA. SJDF

Fls.

Rubrica



(doc. 07 – anexo).





Ora, se o escritório GUILHERME GONÇALVES E SACHA RECK
ADVOGADOS ASSOCIADOS fundamentaram sua atuação na licitação a
uma suposta contratação celebrada com o BID, para atuar na Licitação
do Transporte Urbano do DF – Concorrência n. 001/2011 e nos
PRÓPRIOS AUTOS DO PROCESSO DE CONCORRÊNCIA NADA FOI
ENCONTRADO, QUESTIONA-SE: POR ONDE ANDA TAL CONTRATO?
OU MELHOR: TAL CONTRATO AO MENOS EXISTE?

Não tratamos aqui, Exa, de uma simples situação de “sumiço” de
contrato! Já que por lei tais contratos devem ter ao menos seus extratos
publicados, como requisito de validade, e sequer tais extratos foram
encontrados.

Tratamos da necessidade de comprovação da existência ou não de
contrato celebrado entre o BID e o Escritório de Advogados Guilherme
Gonçalves & Sacha Reck, que os legitimassem a atuar tão ativamente na
Concorrência Pública nº 001/2011.

Sendo que, em caso de negativa de tal contrato, estaremos diante
de uma GRAVE ILEGALIDADE que é: ATUAÇÃO DE EMPRESA
PARTICULAR PARA O PODER PÚBLICO, COM DINHEIRO DO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (OU SEJA, DO POVO), SEM A DEVIDA
CONTRATAÇÃO NOS TERMOS LEGAIS. Tal questão inclusive é passível de
Ação de Improbidade Administrativa, com todas as sanções aplicáveis ao
caso, dentre eles inclusive a perda dos direitos políticos dos envolvidos.

NESSE SENTIDO, EXA, ESTAREMOS DIANTE DE UMA
GRAVIDADE IMENSA, QUAL SEJA, A ATUAÇÃO ILEGAL DO BANCO
INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, NO FINANCIAMENTO
DE UMA LICITAÇÃO COMPROVADAMENTE FRAUDULENTA E
COMPRADA, ARRANJADA, E UTILIZANDO-SE DO DINHEIRO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO ERÁRIO, DO POVO!!!!

E, caso não seja feita A EXIBIÇÃO DO CONTRATO, IMPERIOSO
É O CONSEQUENTE RECONHECIMENTO das ilegalidades resultantes da
atuação do referido Escritórios de Advogados junto a Administração
Pública sem qualquer ato que lhes desse legitimidade para tanto.

II – DO DIREITO

2.1. DA EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS

Nos termos acima aduzidos, fora posta em discussão a existência
ou não de um Contrato entre o Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck



e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que conferisse poderes aos referidos advogados de atuarem prestando Consultoria à Comissão de Licitação da STDFT nos autos da CP 001/2011.

Solicitado à Comissão de Licitação, conforme comprovado, resposta da mesma fora negativa.

Nesse sentido, se, diante da ausência de Contrato encontraremos claramente uma ilegalidade: a atuação IRREGULAR DO ESCRITÓRIO DE ADVOGADOS perante a Administração Pública, para fins probatórios, requeremos ao BID que se manifeste sobre a existência de tal documento, e caso sua resposta seja positiva, que apresente o referido Contrato, nos termos do art. 355 do CPC.

Preceitua o art. 355 do CPC, que “o juiz pode ordenar que a parte exhiba documento ou coisa, que se ache em seu poder”.

Acerca da **exibição incidental**, leciona o Ministro Fux:

“o dever de colaborar com a justiça pertine às partes e aos terceiros. Como consectário, todo e qualquer documento de interesse para o desate da causa deve ser exibido em juízo, voluntariamente ou coactamente. A forma compulsória de revelação do documento nos autos denomina-se exibição de documento ou coisa, através do qual o juiz “ordena que se proceda a exibição”

No mesmo sentido, ensina o renomado Jurista Ovidio Batista:

“A exibição incidental de coisa ou documento não é cautelar, mas simples procedimento probatório, regulado nos arts. 355-363 do CPC. Feita a exibição como incidente probatório, no curso de uma determinada demanda, o resultado será a imediata produção da prova, de modo que a exibição como ação cautelar necessariamente será preparatória, jamais incidente”.

O CPC autoriza, ainda, a **cumulação de pedidos**, nos termos do art. 292, senão vejamos:

Art. 292 - É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

*§ 1º - São requisitos de admissibilidade da cumulação:
I - que os pedidos sejam compatíveis entre si;*





II - que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo;

III - que seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

§ 2º - Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, admitir-se-á a cumulação, se o autor empregar o procedimento ordinário.

Nesse sentido, pacifica a jurisprudência acerca a Exibição Incidental de documentos.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DEVER DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS CONFIGURADO. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

[...]

2.- Segundo a jurisprudência consolidada do STJ, na ação de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória (Súmula 372). Este entendimento aplica-se, pelos mesmos fundamentos, para afastar a cominação de multa diária para forçar a parte a exhibir documentos em medida incidental no curso de ação ordinária. Nesta, ao contrário do que sucede na ação cautelar, cabe a presunção ficta de veracidade dos fatos que a parte adversária pretendia comprovar com o documento (CPC, art. 359), cujas consequências serão avaliadas pelo juízo em conjunto com as demais provas constantes dos autos, sem prejuízo da possibilidade de busca e apreensão, nos casos em que a presunção ficta do art. 359 não for suficiente, ao prudente critério judicial. (EDcl no AgRg no REsp 1092289/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 25/05/2011).

[...]

(AgRg no AREsp 260.973/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 19/03/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS. CABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

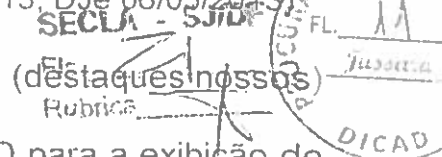
1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a não-exibição do documento requerido pelo autor na via judicial implica a admissão da presunção da verdade dos fatos que se pretendem comprovar por meio daquela prova sonogada pela parte 'ex adversa', restando este fato a única sanção processual cabível (EDcl no REsp 845.860/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 14.9.2009).

[...]





(AgRg no AREsp 280.683/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI,
TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 06/05/2013)



Isso posto, necessária se faz a intimação do BID para a exibição do contrato que possui com o Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, sob pena de lhes serem aplicados os efeitos da presunção de veracidade, reconhecimento de ausência de contrato e, consequentemente, das ilegalidades advindas de tal fato, restando NULOS todos os atos praticados por tal escritório no certame licitatório, e assim, via de consequência toda a licitação, já que tais advogados foram os responsáveis pelos julgamentos de habilitação dos participantes, conforme provamos por meio da Minuta de Julgamento de Recursos de Habilitação adiante tratada.

2.2. DAS ILEGALIDADES PRATICADAS PELO ESCRITÓRIO GUILHERME GONÇALVES E SACHA REK CASO SEJA COMPROVADA A AUSÊNCIA DE CONTRATO

2.2.1. DA INVASÃO DE COMPETÊNCIA – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE CONDENAM OS ATOS PRATICADOS PELOS REFERIDOS ADVOGADOS NA LICITAÇÃO POR FALTA DO PRIMEIRO REQUISITO DE VALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA PRÁTICA DO ATO.

Fica configurada nos presentes autos, que o referido Escritório de Advogados, não limitou sua atuação no processo licitatório a uma simples consultoria ou emissão de pareceres opinativos sobre pontos questionados.

Fica clara por meio de uma simples análise dos autos, todos os documentos recebidos pela Comissão de Licitação, desde o momento que fora iniciada a fase externa da licitação, por determinação do Subsecretário de Transportes, Sr. Luis Fernando de Souza Messina, que a Comissão de Licitação, deveria imediatamente enviar quaisquer questionamentos ao Escritório dos Advogados para decisão.

Assim, com a conivência do Sr. Subsecretário, a Comissão de Licitação fora simplesmente descartada, e todas suas atribuições e sua competência foram repassadas ilegalmente para o Escritório de Advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.

Como prova da atuação do referido escritório de Advogados, juntamos ao final desta peça, cópias extraídas fielmente dos autos, por amostragem, já que incontáveis foram os momentos que o Escritório de





Advogados invadiu as competências da Comissão de Licitação, e arbitrariamente se deu o papel de decidir os rumos da licitação, visando afastar qualquer competitividade do processo licitatório.

Para início da análise, citamos definição clássica do que vem a ser Ato Administrativo, na conceituação do memorável Professor Hely Lopes Meirelles:

"Ato administrativo, é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria."

Citamos também saudosa conceituação da Mestra Maria Sylvia Zanella di Pietro que com maestria ilustra:

"Ato administrativo, é a declaração do Estado ou de quem lhe represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle do Poder Judiciário."

Assim, resta evidenciado que os atos de respostas aos pedidos de esclarecimento, respostas as impugnações, e principalmente os julgamentos de habilitação e propostas financeiras, bem como os julgamentos dos recursos interpostos pelos licitantes que foram inabilitados, produzidos na licitação ora questionada, tratam-se de Atos administrativos, motivo pelo qual deveriam guardar estrita conformidade com os requisitos deste, para serem capazes de produzir ou modificar direitos no mundo jurídico.

Recordando que são requisitos necessários à formação do ato administrativo: A competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

No presente caso, deparamos especificamente com a ausência do primeiro requisito de validade dos atos administrativos praticados na licitação, que trata-se da **COMPETÊNCIA**.

COMPETÊNCIA (in Critérios e Definições adotados por por Hely Lopes Meirelles) é o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por ela é delimitada. **É inválido o ato praticado por autoridade incompetente.**

De acordo com Caio Tácito: "não é competente quem quer, mas quem pode, segundo a norma de Direito".



A competência está relacionada com o autor do ato, isto é, com o "sujeito que detém os poderes jurídicos-administrativos necessários para produzi-lo", de acordo com a expressão de Celso Antônio Bandeira de Mello.

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, "competência é o conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, fixadas pelo direito positivo".

IMPREScindível também ressaltar que aplicam-se à competência as seguintes regras:

- 1) **SEMPRE DECORRE DE LEI**, e no presente caso, de acordo com o inciso XVI do art. 6º e art. 51, ambos da Lei nº 8.666/93, a comissão de licitação é responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sendo que dentre esses documentos estão os de habilitação e propostas.

Na licitação ora objurgada, fica comprovada a invasão de competência do Escritório de Advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, não só por examinar documentos, mas também por no próprio dia da Sessão Pública, ter o Advogado Sacha Reck, diante de todos os participantes da licitação, retirado o próprio Secretário de Transportes de sua cadeira, para ter redigido a seu modo a ata da abertura da licitação e recebimento dos envelopes. Começava ali a série de irregularidades que perduram até o momento e que necessitam imediatamente ser reprimidas.

Prova-se tal fato por meio de foto retirada da cena, que fora indistintamente veiculada nos meios de comunicação:





SECLA / SJJA

- 2) É INDERROGÁVEL CONFORME ART. 13, II, DA LEI QUE REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO FEDERAL, E QUE NA AUSÊNCIA DE LEI DISTRITAL SOBRE A MATÉRIA TAMBÉM É APLICÁVEL. LEI 9.784/99:

Estabelece de forma indiscutível o art. 13, inciso II da Lei 9.784/99 que:

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Ora Excelência!!!! Por uma simples leitura do dispositivo, fica clara uma segunda extrapolação dos poderes dos Advogados, que agindo sob o pretexto de que prestavam uma consultoria, assumiram as rédeas do certame, para conduzi-lo sob o manto da ILEGALIDADE!!!

Acreditando que ainda existe uma Justiça séria e eficaz em nosso país, essa situação por si só, é suficiente para justificar a concessão dos efeitos da antecipação de tutela, até que as demais questões suscitadas sejam esclarecidas, já que, conseguimos provar de plano que os responsáveis pelos Julgamentos dos Recursos Administrativos interpostos na licitação foram os Advogados do Escritório de Advocacia GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK, por meio do seguinte documento:

Segue a minuta do Julgamento dos Recursos Administrativos elaborada pelo Escritório de Advogados, que fora encaminhada para a Comissão de Licitação, apenas preencher os campos sublinhados:





usurpou as competências da COMISSÃO, COMPETÊNCIAS ESTAS
PORTANTO, QUE POR LEI SÃO INDELEGÁVEIS, ASSIM, FICA
COMPROVADO QUE O JULGAMENTO DOS RECURSOS DE
HABILITAÇÃO, QUE TIRARAM DA DISPUTA LICITATÓRIA 12 DAS 17
CONCORRENTES, DEIXANDO PERMANECER APENAS AS 05 QUE
SAGRARAM-SE VENCEDORAS, FORA UM ATO COMPLETAMENTE
ILEGAL, VEDADO POR LEI, E PORTANTO NULO DE PLENO DIREITO!!!!

APÓS ISTO, TODO O DESENNOLAR DA
LICITAÇÃO, COM UM DESFECHO INCOMUM DE TOTAL
AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE E CONTRATAÇÕES
SUPERFATURADAS, TAMBÉM RESTA PREJUDICADO, JÁ
QUE FORA CONSEQUENCIA DIRETA DO ATO NULO
PRATICADO PELOS ADVOGADOS QUE CONTRARIANDO
A LEIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM SEU ART. 13,
INCISO II, JULGARAM OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS,
PRATICANDO ATO COMPLETAMENTE ILEGAL GERANDO
INDISCUTIVELMENTE A NULIDADE DO CERTAME!!!!!!

Assim Excelência, estes patronos que a esta subscrevem,
reconhecem a dificuldade DE ARGUMENTAR O ÓBVIO!!!!

Tantos são os fundamentos que justificam a necessidade de
concessão da medida antecipatória dos efeitos da tutela, que dificulta-nos na
elaboração desta peça, na vontade de não nos alongarmos por demais,
limitaremos na exposição desta peça, a uma breve explanação ao
cometimento de afrontas aos princípios da Impessoalidade e da Moralidade
Administrativa, pelo Escritório de Advogados, que atuava ao mesmo tempo
para a Comissão bem como para empresas que participaram e sagraram-se
vencedores da disputa, além de elencar as tipicidades criminosas que
incorreram os Advogados.

DO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE:

No entender de Celso Antônio Bandeira de Melo, impessoalidade
"traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os
administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas... O princípio
em causa não é senão o próprio princípio da legalidade ou isonomia
(Elementos de direito administrativo, 2002, p. 60)".

E Hely Lopes Meirelles, associou a impessoalidade ao princípio da
finalidade, que significa o atendimento do interesse público: "O administrador
fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou





de terceiros. E a finalidade – prossegue – terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: o interesse público”.

DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA:

O princípio da moralidade administrativa, é associado inicialmente, ao conceito de **honestidade**. Do direito romano, recebemos a seguinte máxima: *nom omne quod licet honestum est*, significando que nem tudo que é legal é honesto.

Celso Antonio Bandeira de Melo, associa o conceito à ética: *“De acordo com o princípio da moralidade, a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Violá-los implicará violação ao próprio Direito, configurando ilicitude que assujeita a conduta viciada a anulação, porquanto tal princípio assumiu foros de pauta jurídica, na conformidade do art. 37 da Constituição”*.

E complementa ainda o renomado Jurista que o princípio da moralidade também está associado aos princípios da **lealdade e boa-fé**: *“Segundo os cânones da lealdade e da boa-fé, a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lhanza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos”*.

Hely Lopes Meirelles, ressalta que a moralidade administrativa, é **condição de validade dos atos administrativos** e cita julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo: *“o controle jurisdicional se restringe ao exame da legalidade do ato administrativo, não afetando a análise de conveniência e oportunidade, mas por legalidade ou legitimidade se entende não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse coletivo”*.

Assim, a moralidade administrativa, possui **status** de exigência jurídica, positivada na legislação brasileira. Além de mencionado como princípio autônomo no caput do art. 37, o princípio da moralidade é exigido em diversas passagens da nossa Carta Magna como são os casos do § 4º do art. 37, no § 9º do art. 14, no art. 5º, inciso LXXIII e art. 85 inciso V, todos da Constituição Federal.

Portanto, entendemos que pelos argumentos já demonstrados e comprovados, são fartamente suficientes para a concessão da tutela antecipada, para que os demais fundamentos possam ser apreciados ainda que por uma análise perfunctória pela sábia intervenção de Vossa Excelência.





Assim, passamos a citar resumidamente os demais argumentos que reforçam o direito da Autora a segurança jurídica, evitando prejuízos irremediáveis, reforça-se não só a ela, como a todos os demais participantes da licitação, e a população de um modo geral, e que caso nada seja feito, estará-se beneficiando indiscriminadamente aqueles que fraudaram a licitação e estão obtendo contratações superfaturadas.

DO POSICIONAMENTO DA OAB SOBRE O PATROCÍNIO INFIEL SIMULTÂNEO PRATICADO PELOS ADVOGADOS:

Cumpre-nos apenas ressaltar que pela jurisprudência do Tribunal de Ética da OAB/GO, já fora assentado o entendimento de que o advogado com relação de emprego ou contratual com pessoa jurídica ou física, para prestação de serviços de assessoria jurídica, administrativa ou ética, deve manter o interregno de 02 anos sem patrocinar causas contra qualquer deles (OAB, Tribunal de Ética, P.E-857, rel. Dr. Elias Farah. BolAASP 1763/6).

No presente caso, a situação é ainda mais gravosa, uma vez que os Advogados, patrocinavam ao mesmo tempo, os interesses das empresas, e prestavam consultoria à Comissão de Licitação.

DAS TIPIFICAÇÕES CRIMINOSAS DAS CONDUTAS PRATICADAS POR TAIS ADVOGADOS:

A conduta praticada por tais advogados, também é vedada pelas Leis 8.666/93 que em seus artigos 90 e 91 muito bem tipificam tais infrações:

Art 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art 91. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa

Também a Lei 8.429/92, popularmente conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, encarregou-se de reprimir tal conduta, conforme consta do art. 9º inciso VIII:

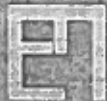
CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito





Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Bem como, requer ainda, pela apuração da infração descrita no inciso XXVII do art. 34 da Lei 8.906/94 – Estatuto da Advocacia, uma vez que os fatos constantes da denúncia contrariam a disposição constante do texto legal de que:

CAPÍTULO IX Das Infrações e Sanções Disciplinares

Art. 34. Constitui infração disciplinar:

(...)

XVII - prestar concurso a clientes ou a terceiros para realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la.

E ainda do crime de Usurpação de Competência previsto no art. 328 do Código Penal, que assim tipifica a conduta daquele que:

CAPÍTULO II DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública

Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem,

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa

Isso posto, exposta a **Primeira Razão** para a Anulação do processo de licitação, bem como a concessão de medida antecipatória no sentido de suspender todos os atos de contratação, execução de contrato e continuidade da licitação até a cognição exauriente da presente demanda.



2.3. DA ANULAÇÃO DE LICITAÇÕES EIVADAS DE ILEGALIDADE E/OU VÍCIOS

Todo ato administrativo para ser validado deve conter os seus 05 elementos ou requisitos de validade (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) isentos de vícios (defeitos). Caso um desses elementos apresente-se em desacordo com a Lei, o ato será nulo.

O pressuposto da anulação é que o ato possua um vício de legalidade em algum de seus requisitos de formação. Com isso, podemos defini-la como sendo o desfazimento de um ato por motivo de ilegalidade. A anulação decorre do controle de legalidade dos atos administrativos.

Acerca da matéria, a Lei de Licitações já dispõe:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59 desta Lei.

§ 2º. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º. O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e inexigibilidade de licitação."

"Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

O mesmo dispositivo assevera, no rol de Crimes:





Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 91. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Veja que a Lei 8.666/93 atribui ao Poder Judiciário competência pra invalidar atos administrativos eivados de vício nos processos de concorrência pública.

A matéria já é sumulada pelo STF, senão vejamos:

473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.


Acerca da Anulação de Licitações Fraudulentas, nos Tribunais em todo o país possuem posição pacificada. Vejamos o posicionamento do STJ acerca da matéria:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DE CONTRATO DELA ORIUNDO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORIGINADOS DA EXTRAÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL. PRORROGAÇÃO, POR DECISÃO JUDICIAL, DE CONTRATO EXTINTO PELO DECURSO DO PRAZO DE VALIDADE. OMISSÃO RELEVANTE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA.

1. A recorrida ajuizou Ação Ordinária com pedido de anulação do procedimento licitatório realizado pela Petrobras e do contrato dele decorrente, firmado com outra empresa. Requereu antecipação de tutela ou, alternativamente, a concessão de medida liminar para continuar prestando serviços de gerenciamento de resíduos originados da extração de óleo e gás natural.





2. O juiz monocrático convenceu-se, provisoriamente, da procedência da argumentação relativa a irregularidades no certame realizado, ^{SECLA - SIND} ^{Rubrica} ^{Em}  consequência, determinou que a empresa autora desse seguimento aos serviços até então desempenhados, por eles recebendo o menor valor entre a quantia por ela percebida em seu contrato e o montante fixado no novel ajuste celebrado com terceira sociedade empresarial.

[...]

11. Recurso Especial parcialmente provido, para, mantida a nulidade da licitação, cassar a parte do acórdão que prorrogou o prazo do contrato vencido por decurso do prazo.

(REsp 772.505/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 15/12/2009)

(destaque nosso)

AÇÃO ANULATÓRIA. TRANSPORTE COLETIVO. CONCESSÃO DE LINHAS. LICITAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DA EMPRESA QUE BUSCA PARTICIPAR DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

I - Trata-se de ação anulatória ajuizada por empresa de transporte coletivo, por meio da qual pretende a nulidade dos termos de autorização ou equivalentes que concederam o direito à exploração de linhas urbanas às empresas demandadas sem o competente procedimento licitatório.

II - O Tribunal a quo, julgando o recurso de apelação interposto contra a decisão de improcedência do pedido, declarou a ilegitimidade ativa da empresa autora, sob o argumento de que ela não presta serviços na respectiva municipalidade, e que eventual certame licitatório não lhe garantiria vitória.

III - A empresa autora tem legitimidade ativa para ajuizar a ação anulatória em questão, tendo em conta seu objetivo de poder participar de procedimento licitatório buscando prestar serviços que estão sendo garantidos a outras empresas. Precedentes: REsp nº 418552/MG, Rel. Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 16.12.2002, MS nº 5964/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 20.03.2000.

IV - "Com a contratação sem prévia licitação, a administração violou o direito subjetivo do recorrente e de outras empresas de transporte que poderiam





concorrer à exploração da linha, além de infringir aos princípios da legalidade e da publicidade" (REsp nº 272.612/PI, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, Rel. p/ Acórdão Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 17.09.2001).

V- Recurso provido com o retorno dos autos ao Tribunal a quo para apreciar o mérito do recurso de apelação interposto.

(REsp 1104003/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/04/2009, DJe 13/05/2009)

SEÇÃO 3
Fls. 33
Rubrica

Também nos demais Tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCESSO LICITATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS EM PRIMEIRO GRAU. PRELIMINAR. PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 333, II, DO CPC. REJEITADA. MÉRITO. VINCULAÇÃO DA PROPOSTA AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IRREGULARIDADE VERIFICADA. ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO. SÚMULA N. 473 DO STF. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Verificada a inobservância da proposta, apresentada pela empresa vencedora de certame, ao instrumento licitatório, flagrante é a ilegalidade da licitação, devendo ser anulada, nos termos da Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal. (AC 144062 SC 2009.014406-2 TJ-SC, Relator: Wilson Augusto do Nascimento, Data de Julgamento: 24/03/2010, Terceira Câmara de Direito Público)

Isso posto, pacifica a jurisprudência no sentido de Anular processo licitatório no qual são encontradas irregularidades, possuindo assim efeito retroativo, anulando consequentemente contratos entabulados, contratos a serem assinados e execução de quaisquer contratos que resultaram do procedimento administrativo licitatório viciado, como acontece no presente caso.

IV – DA NECESSIDADE DA CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PLEITEADA

É sabido que para a concessão da tutela antecipada, exige a presença de certos requisitos, materializados na prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação (*caput*, art. 273, CPC), conciliada, alternativamente, com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (inciso I) ou de difícil reparação (inciso I) ou ainda, quando





caracterizado o abuso de direito de defesa ou mesmo, o manifesto propósito protelatório do réu (inciso II).

SECLA 341
Fls. 341

No presente caso, Douto Julgador, observa-se claramente a vasta documentação comprobatória, bem como a real necessidade de uma imediata intervenção por parte do Poder Judiciário, sob pena de ser "tarde demais", e os prejuízos insanáveis permanecerem, o que afetará não somente a Autora, como toda a população.

Tal medida enérgica seria a **SUSPENSÃO DO PROCESSO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2011 DA STDFT, BEM COMO SUSPENSÃO DE TODOS ATOS DE CONTRATAÇÃO, TODOS CONTRATOS JÁ FIRMADOS E TODA E QUALQUER EXECUÇÃO DE TAIS CONTRATOS, ATÉ QUE SEJA CONCLUÍDA A PRESENTE DEMANDA.**

Nesse sentido, entendemos presentes todos os requisitos ensejadores da concessão da antecipação dos efeitos da tutela, senão vejamos:

4.1 - Da verossimilhança das alegações

A **verossimilhança das alegações**, encontra-se claramente demonstrada nos fatos e fundamentos devidamente comprovados:

- a) Um Escritório de Advocacia que patrocina causas para empresas que participaram da licitação e sagraram-se vencedoras foi o mesmo que assessorou a Comissão de Licitação, e inabilitou várias outras empresas – Ou seja, "limpou" o caminho para que suas empresas ganhassem a licitação – **COMPROVADO!!!**
- b) Todas as empresas que não foram inabilitadas pelo Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck sagraram-se vencedoras, ou seja, o escritório foi quem determinou quem ganhou e quem perdeu – **COMPROVADO!!!**
- c) Não comprovação de existência de contrato entre o Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck e Comissão de Licitação ou BID, sendo necessária a determinação ao BID para manifestar-se sobre a existência de contrato.

6.2 - Do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação

O **fundado receio de dano irreparável** reside no fato de que o processo licitatório está chegando ao seu fim, consagrando empresas





vencedoras que CLARAMENTE ESTÃO LESANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AS DEMAIS CONCORRÊNCIAS (INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA E CONCORRÊNCIAL) E A PRÓPRIA POPULAÇÃO, QUE É QUEM ARCA COM TAIS PREJUÍZOS, gerando assim efeitos **retroativos** irreparáveis.

Fls.

Rubrica

Assim, Nobre Julgador, se nenhuma medida URGENTE for tomada, no sentido de SUSPENDER A LICITAÇÃO, OS ATOS DE CONTRATAÇÃO E TODOS OS ATOS DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS, estaremos fadados ao descrédito na Lei, no Direito, na Justiça, posto que AS FRAUDES SALTAM AOS OLHOS, MAS O SIMPLES OLHAR EFEITO ALGUM PRODUZ! E É O QUE TEM OCORRIDO ATÉ A PRESENTE DATA, INFELIZMENTE!

4.3 – Da inexistência do perigo da irreversibilidade da tutela concedida

Por outro lado, inexistente perigo da irreversibilidade da tutela a ser concedida, vez que é já há empresas devidamente habilitadas que desenvolvem o transporte público de Brasília.

É certo que os ônibus são antigos, mas estão executando o serviço de forma regular. Não podendo ser substituídos de forma ILEGAL E IRREGULAR!

O que tem gerado a indignação na população não é a qualidade dos ônibus que circulam, mas sim as ALTAS TARIFAS COBRADAS PELO SERVIÇO, CAMINHO ESTE QUE O TRANSPORTE DE BRASÍLIA ESTÁ TRILHANDO PARA O FRACASSO, POIS, PELOS VALORES DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AS EMPRESAS NA LICITAÇÃO ATUAL, É MAIS DO QUE CERTO QUE O PREJUÍZO SERÁ, NOVAMENTE, SUPOSTO PELO CIDADÃO, E O VALOR DAS PASSAGENS SERÁ AUMENTADO, GERANDO UMA CONSEQUÊNCIA AINDA PIOR.

V – DO VALOR DA CAUSA

Acerca do valor da causa, é certo que o posicionamento da Jurisprudência é pacificado no sentido de que deve corresponder ao benefício econômico visado pela parte.

Ocorre que, diretamente, com a presente demanda, o Autor não possui um benefício econômico imediato, uma vez que a anulação da licitação lhe traria apenas a possibilidade de novamente concorrer em par de igualdade com os demais, sendo que, eventual benefício econômico não é certo, uma



vez que viria apenas em virtude de sagrar-se vencedora, o que não pode ser previsto, tampouco afirmado.

Por outro lado, observa-se que a Autora não possui nenhuma condição de arcar com despesas processuais em cima de R\$ 8 bilhões de reais, o que não pode retirar da mesma o direito de acesso à justiça.

Assim, para os presentes caso, a Jurisprudência tem aceitado o valor de alçada, senão vejamos:

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCESSO LICITATÓRIO. VALOR DA CAUSA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO LIMINAR AO AGRAVO DE INSTRUMENTO NA FORMA DO QUE DISPÕE O ART. 557, CAPUT, DO CPC. Tratando-se de ação que visa anular processo licitatório, não há atribuir à causa o valor do contrato que foi firmado entre a Administração e o vencedor do certame. É que, em situações que tais, o que se discute não é o valor do contrato firmado, mas a própria legalidade do certame e do ato administrativo que adjudicou o contrato ao proclamado vencedor. O autor da demanda, em situações como esta, não busca uma vantagem econômica imediata e direta. Correto o valor de alçada atribuído à causa pelo autor. Precedente desta Câmara. AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO LIMINARMENTE. (Agravado de Instrumento Nº 70008132078, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Henrique Osvaldo Poeta Roenick, Julgado em 12/02/2004)

VI – DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, e do mais que certamente será suprido pela sempre sapiente intervenção deste douto Juízo, pelos fatos e fundamentos de direito acima delineados, a Autora requer que se digne V. Ex^a, no sentido de que:

- a) Seja concedida a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, determinando-se a SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2011, bem como dos efeitos dos contratos porventura celebrados, para a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, suspendendo-se todos os atos de



concorrência, contratação e execução dos contratos,
até a cognição exauriente da presente demanda; **SECLA** **5/10/13**
Fls. **57** **109**

- b) Seja deferido o pedido de Exibição Incidental de Documentos, determinando-se que o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, apresente caso houver, em Juízo, o Contrato firmado com o Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck que lhe conferiu o direito de atuar na Licitação do Transporte Coletivo do DF, Concorrência n. 001/2011, sob as penas da lei;
- c) A citação dos Réus para, caso queiram, responda aos termos da presente ação, no prazo legal, sob pena de lhe ser aplicada os efeitos da revelia.
- d) Que ao final, seja a antecipação de tutela mantida na sentença, **ANULANDO-SE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2011 para a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF**, diante da vasta documentação e fundamentação presente nos autos.
- e) A condenação do Requerido ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para fins meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 03 de julho de 2013.

Roberto Naves de Assunção
Advogado OAB/GO 6.765

Fernando R. S. A. Costa
Advogado
OAB/DF 40.712
OAB/GO 21.154

Samuel Santos e Silva
Advogado OAB/GO 30.764

